



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2020

PROCESSO SEI nº 0050174-61.2019.6.05.8000

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 41/2020.

RECORRENTE: FORT CAR TURISMO LTDA

I - RELATÓRIO

A manifestação e motivação em recorrer foram registradas tempestivamente pela recorrente na própria sessão pública do Pregão supra e registradas no Sistema Comprasnet, em conformidade com o artigo nº44, do Decreto nº 10.024/2019, sendo-lhe concedido o prazo de três dias úteis para apresentação da fundamentação das suas alegações, e igual prazo concedido aos demais licitantes para a apresentação das contrarrazões, a partir do término do prazo da recorrente, caso entendessem necessário.

A recorrente FORT CAR TURISMO LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, portanto, merecendo ter seu mérito analisado, uma vez que respeitou os prazos estabelecidos nas normas sobre o assunto, alegando que não merecia prosperar o resultado deste certame, cuja decisão do Pregoeiro Oficial Lúcio Roberto de Oliveira classificou e declarou vencedora a empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, para o Grupo1.

Alega a recorrente que verificou que as empresas que ocuparam as três primeiras colocações apresentaram vícios em suas respectivas propostas, todas passíveis de desclassificação.

II – ANÁLISE DO RECURSO

DO RECURSO:

Em sede de recurso, suscitou a irresignante, com referência ao mérito da questão, aqui transcrito *ad litteram*:

“DOS FATOS:

Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, para o Edital do Pregão Eletrônico no. 41/2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

“Contra a decisão do ilustre Pregoeiro, que julgou classificadas as empresas BSB LOCADORA DE VEICULOS LTDAEPP CNPJ: 10.460.783/0001-40, LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ – 16.670.085/0001-55 e REALIZA TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA. CNPJ Nº: 00.215.234/0001-56, pelos fatos e fundamentos a seguir arguidos”

“Tendo a empresa recorrente participado do pregão eletrônico no. 41/2020 e ficado classificada em 4o lugar, verificou que as empresas que ocuparam as três primeiras colocações apresentaram vícios em suas respectivas propostas, todas passíveis de desclassificação. DAS EMPRESAS CLASSIFICADAS NAS TRÊS PRIMEIRAS COLOCAÇÕES E DOS VÍCIOS APRESENTADOS: BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA-EPP CNPJ: 10.460.783/0001-40 A referida empresa usou papel timbrado, o que fere o item 6.3, da Seção VI, do edital (Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importará a desclassificação da proposta). LOCALIZA RENT A CAR SA, CNPJ – 16.670.085/0001-55 A referida empresa apresentou uma proposta sem assinatura de representante legal da empresa, o que torna o documento sem valor. REALIZA TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA. CNPJ Nº: 00.215.234/0001-56. A referida empresa usou papel timbrado, o que fere o item 6.3, da Seção VI, do edital (Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importará a desclassificação da proposta)

Nessa toada, prossegue a recorrente:

“Consta do edital que rege o procedimento licitatório: “SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS 6.1. Após a abertura da sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes”.

Noutro tanto, complementa a licitante recorrente:

“6.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

Em complemento às razões de sua irrisignação, asseverou o recorrente:

“6.3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante, importará a desclassificação da proposta.”

DOS PEDIDOS

1- Requer a revogação do ato que classificou as empresas retromencionadas e a respectiva desclassificação destas;

2 - Por fim, requer, o recorrente, que, na hipótese de permanecer no certame empresa de grande porte e a empresa recorrente, desde já, requer a aplicação da regra prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.

III – DAS CONTRARRAZÕES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Justifica sua capacidade de licitar e contratar com a União, alegando que sua proposta atende às exigências do edital e declara que atendeu a todas as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos, ao tempo que rechaça as razões da recorrente conforme abaixo:

Na apresentação das contrarrazões, a licitante vencedora e recorrida BSB LOCADORA DE VEÍCULOS – EPP, declara que se consagrou ganhadora do certame, conforme pode-se observar nos autos do Processo Administrativo nº. 0050174-61.2019, e que a recorrida apresenta, nesta oportunidade, seus memoriais em sede de contrarrazões, pugnando pela manutenção de sua habilitação, pelas razões de fato e de direito abaixo articuladas.

Nessa toada, prossegue a empresa vencedora, com sua objetiva e robusta argumentação para demonstrar que atendeu plenamente a todas as exigências prescritas no edital e para afastar qualquer hipótese de existência de quebra de sigilo das propostas durante toda a marcha do processo licitatório em comento, conforme o que se segue:

“No caso dos autos, inviável qualquer provimento ao r. recurso apresentado, devendo a representável decisão recorrida ser mantida, confirmando-a e negando-se provimento as razões do Recurso Administrativo oferecido pela Recorrente, eis que a decisão do i. Pregoeiro nada mais fez do que aplicar o Direito, em consonância com a legislação vigente e exigências do Edital, inexistindo, neste caso, reparos. Conforme cediço, com o início da vigência do Decreto nº 5.450, de 2005, que passou a regulamentar o pregão na forma eletrônica, tornou-se obrigatória a utilização desta modalidade pregão para aquisição de bens e serviços comuns, conforme destacado no Decreto”:

Para debelar qualquer dúvida e afastar qualquer hipótese levantada pela recorrente quanto à existência de prática de identificação de propostas, a licitante vencedora asseverou:

“Não há dúvidas também que a recorrida apresentou o menor preço, cumprindo sua habilitação as regras do Edital. Todavia, em nítido caráter protelatório, aduz a recorrente que a empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA – EPP: “identificou sua proposta, violando as regras do item 6.3”. Ao contrário das argumentações lançadas nas razões recursais, a recorrida cumpriu pormenorizadamente todos os pontos constantes no edital licitatório, não havendo qualquer falta de congratulação nas exigências constantes no texto do certame. Ademais, diversamente do que aponta a recorrente, o item 4.5.1 do Edital descreve que: **“Os documentos que compõe a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances”**. Assim, não há como inabilitar o licitante pelas razões descritas no recurso.” Grifamos.

Por fim, em conclusão, arremata a empresa licitante recorrida:

“Imperioso, também, ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue: “Art. 3º A licitação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (Grifo nosso) Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto nº 5.450/05: “Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.” (Grifo nosso) É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser facilmente superados”.

“Nesse diapasão, requer que caso seja conhecido essa matéria recursal, que a ela seja negado provimento, mantendo a classificação da Recorrida, além, ainda, dos demais atos do processo licitatório”. Requer ainda: “Que seja negado provimento as razões recursais, mantendo a classificação da Recorrida e os demais atos do processo licitatório incólume, por ser medida de direito e da mais lúdima justiça”.

Por derradeiro, ainda nesse sentido, para dar mais embasamento à sua defesa, a recorrida cita o Acórdão TCU nº 3.615/2013- Plenário), aqui transcrito *in verbis*:

“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame” (Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário). [2] “É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993”

IV – DOS FUNDAMENTOS E DO DIREITO

No dia 24 de julho de 2020, após manifestação favorável da Unidade Demandante quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante vencedora, verificada a regularidade das licitantes, ofertantes da melhor proposta, perante o SICAF, consultas ao site do Portal da Transparência e do CNJ, bem como a conformidade das declarações encaminhadas, e a verificação da autenticidade das certidões anexadas, fora habilitada e declarada VENCEDORA do certame por este pregoeiro, para o Grupo1/Lote1, a empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

Declarada a empresa vencedora para o Grupo1, apresentou em momento oportuno intenção recursal a empresa FORT CAR TURISMO LTDA, e, posteriormente, suas razões



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

recursais, para em seguida, também tempestivamente, apresentar as Contrarrazões a empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.

V- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Examinando as convincentes contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, em especial a argumentação trazida à baila pela licitante recorrida, mormente neste excerto:” Ao contrário das argumentações lançadas nas razões recursais, a recorrida cumpriu pormenorizadamente todos os pontos constantes no edital licitatório, não havendo nenhuma falta de congratulação nas exigências constantes no texto do certamente. Ademais, diversamente do que aponta a recorrente, o item 4.5.1 do Edital descreve que: **“Os documentos que compõe a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances”**. Grifamos, bem como com fulcro na doutrina e manifestações do TCU sobre o tema, depreende-se que as alegações apresentadas pela recorrente FORT CAR TURISMO LTDA NÃO merecem prosperar até porque este Pregoeiro em momento algum se afastou da força vinculativa ao instrumento convocatório.

Assim, não há como inabilitar o licitante e desclassificar as propostas ofertadas pelas empresas licitantes recorridas LOCALIZA RENT A CAR e REALIZA TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, classificadas em segundo e terceiros lugares, respectivamente, para o Grupo1, pelas razões descritas no recurso apresentado pela recorrente, tomando a decisão de manter a habilitação da licitante BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, para o Grupo1, em perfeita harmonia com o edital, evidentemente sem combater o previsto no art. 3º da Lei 8.666/93 e com fulcro nos princípios que norteiam o Pregão Eletrônico, conforme prescritos no artigo 2º do novel Decreto nº10.024, de 20 de setembro de 2019, conforme veremos logo abaixo:

Já em relação ao mérito recursal, suscita a recorrente que as empresas que ocuparam as três primeiras colocações apresentaram vícios em suas respectivas propostas, todas passíveis de desclassificação, que implica a necessária desclassificação das referidas empresas, afirmando que o objetivo do recurso é justamente para buscar comprovar que as empresas em comento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

cometeram irregularidades durante a apresentação de suas propostas, destacando que a proposta ofertada pela empresa BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, declarada vencedora do certame para o Grupo 1, e a proposta ofertada pela licitante REALIZA TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, classificada em terceiro lugar, foram apresentadas por referidas empresas com uso de papel timbrado, o que fere o item 6.3, da Seção VI, do edital, pois ao fazer uso de elemento que possa identificar a licitante, tal procedimento deverá importar a desclassificação da proposta. Por fim, no tocante à licitante LOCALIZA RENT A CAR SA, classificada em segundo lugar, a recorrente alega que a empresa apresentou uma proposta sem assinatura de representante legal da empresa, o que torna o documento sem valor.

Nesses pontos, entendo não subsistir razão ao irresignante, em face dos fundamentos que passo a delinear:

De introito, para espantar a alegação da recorrente de existência de identificação de proposta, oportuno trazer à baila o que dispõe a condição 4.5.1 do instrumento convocatório, aqui prescrito *ad litteram*: **“Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances”** Grifo nosso.

Ora, essa determinação de acesso aos documentos de proposta e de habilitação somente após o encerramento da fase competitiva visa justamente a proteger o princípio do sigilo das propostas, e não é letra morta, durante os procedimentos de realização uma sessão pública de Pregão Eletrônico. Assim sendo, o sistema de Pregão Eletrônico do Comprasnet já é programado para buscar preservar e assegurar o cumprimento do quanto prescrito na condição 4.5.1 do edital. A marcha do pregão eletrônico é justamente essa. Sendo assim, somente a partir do início da fase de JULGAMENTO das propostas é que ao pregoeiro e ao público em geral será disponibilizado o acesso a esses documentos. Portanto, a alegação de quebra de sigilo do pregão eletrônico nº 44/2020 é totalmente infundada e descabida, pois restou comprovado que os documentos apresentados pelos licitantes, incluindo-se as propostas, só são vistos e acessados a partir da fase de JULGAMENTO.

O que poderia ocasionar uma possível quebra do sigilo da proposta e sumariamente a desclassificação de um licitante seria se houvesse qualquer identificação da empresa na proposta eletrônica, e isso não ocorreu, e essa, sim, é visível a partir da abertura do certame, pois a pro-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

posta escrita e demais documentos de habilitação só serão disponibilizados a todos após a fase de lances.

Passando ao questionamento suscitado pela recorrente de que as empresas BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, declarada vencedora do certame para o Grupo 1, e licitante REALIZA TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA, classificada em terceiro lugar, apresentaram propostas com uso de papel timbrado, o que fere o item 6.3, da Seção VI, do edital, também não merece prosperar, pois, como já fora exaustivamente comprovado, esses documentos só são acessados por todos após a fase de lances. Ora, a proposta escrita só é vista junto com os demais documentos de habilitação e somente, repiso aqui, após a fase de lances, portanto, por óbvio, contem a identificação da empresa, com endereço, telefone, nome de sócio e/ou assinatura etc, ou seja, tudo que a identifica, sem problema nenhum nisso.

Nesse sentido, vide o que diz o § 8º do artigo nº 26 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019:

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. Grifamos

Quanto à alegação da recorrente de que a empresa LOCALIZA RENT A CAR SA, classificada em segundo lugar, apresentou uma proposta sem assinatura de representante legal da empresa, o que torna o documento sem valor. Tal alegação também não merece guarita. Vale ressaltar aqui que estamos tratando de normas que disciplinam o Pregão Eletrônico, e não do Pregão presencial, no qual a proposta utilizada e exigida é a escrita. Além do que, o pregoeiro faz preliminarmente apenas o exame preliminar das propostas eletrônicas, conforme inciso III, do artigo 17, do Decreto nº 10024/2019, “verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital”, para, em seguida, proceder à abertura da fase de lances.

Além do mais, com a inovação trazida pelo Decreto nº 10024/2019, de 20 de setembro de 2019, as propostas e os documentos de habilitação são anexados até a data de abertura do pregão eletrônico, e o pregoeiro só procede à análise da documentação anexada pelos licitantes, após a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

fase de aceitação e somente analisa os documentos dos licitantes que tiveram suas ofertas classificadas e suas propostas aceitas durante a fase de aceitação de proposta.

Ademais, logo após abertura da sessão pelo Pregoeiro, dá-se a análise preliminar das propostas eletrônicas ofertadas pelos licitantes, pois somente essas são disponíveis para análise do pregoeiro antes da abertura da fase de julgamento das propostas, o que ocorre somente após o encerramento da fase de lances.

Acreditamos que as alegações apresentadas pelo licitante recorrente em seu recurso carecem totalmente de fundamentação, são desprovidas de embasamento jurídico, extrapolam os limites da razoabilidade, são revestidas de muita fragilidade e demonstram, smj, falta de conhecimento por parte do recorrente das normas que regem e disciplinam o Pregão Eletrônico, mormente o Decreto nº 10.024/2019, bem como de todo o seu funcionamento no ambiente virtual do Comprasnet durante a realização de uma sessão eletrônica.

Destarte, para debelar e afastar de vez qualquer indicio de quebra do sigilo das propostas alegado pelo licitante recorrente, basta proceder à consulta no campo Visualizar Propostas/Declarações do Pregão Eletrônico nº 41/2020, no site do Comprasnet, lá, no campo **Descrição detalhada do objeto ofertado**, estarão disponíveis todas as propostas eletrônicas inseridas pelas licitantes inclusive das licitantes recorridas. Com isso, restará palmar que não a que se falar em quebra de sigilo das propostas. Grifo nosso. Oportuno repisar que esse campo só fica disponível para consulta após o encerramento da fase de lances.

Por derradeiro, nesse sentido, trazemos ao debate os didáticos e esclarecedores comentários sobre o **Sigilo das propostas no novo Decreto do pregão eletrônico**, por Ronaldo Corrêa, docente e palestrante de logística pública, moderador na comunidade de práticas Nelca e assessor na Diretoria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional na CGU, publicado no site do SOLLICITA:

Sigilo da proposta no pregão eletrônico: Com o advento do novo regulamento federal do pregão eletrônico, passou a ser obrigatório as empresas licitantes anexar a proposta no sistema, concomitantemente ao envio dos documentos de habilitação, antes da abertura da etapa de lances. Tal medida, segundo a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, visa afastar o conluio, mediante a "inabilitação forçada", bem como evitar o protelamento desnecessário da sessão pública após o término da etapa de lances, para o recebimento da proposta e documentos de habilitação do licitante vencedor. Mas, com isso, têm surgido algumas dúvidas, tanto de pregoeiros quanto de empresas licitantes, tais como:



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- Se o licitante se identificar ao elaborar e anexar a sua proposta no sistema, estaria ilegalmente possibilitando a devassa do sigilo da proposta?
- O pregoeiro vai ter acesso às informações da empresa, constantes da proposta? Isto não possibilitaria um desvio de finalidade e abriria a possibilidade de um favorecimento indevido de alguma empresa?
- Visando evitar a devassa do sigilo de sua proposta, a licitante poderia deixar para enviar os documentos anexos somente após a etapa de lances, como era feito sob a égide do regulamento antigo do pregão eletrônico?

Nota-se que são dúvidas importantes e pertinentes e que devem ser esclarecidas, como se pretende a seguir.

Em primeiro lugar, destaca-se que o Decreto 10.024/2019 trata tanto do envio da proposta quanto dos documentos de habilitação antes da abertura da sessão pública. Isso constitui uma das novidades do novo regulamento federal do pregão eletrônico, não prevista no regulamento anterior.

Decreto 10.024/2019 - Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Grifamos

O Portal de Compras do Governo Federal, mais conhecido como Comprasnet*, é um dos subsistemas do SIASG (Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais). Ele é adotado no âmbito da Administração Pública Federal por todos os órgãos do SISG (Sistema Integrado de Serviços Gerais), para operacionalizar os pregões eletrônicos regidos pelo Decreto 10.024/2019. Sendo assim, o Comprasnet é parametrizado com regras de negócio alinhadas ao que fixa o regulamento federal, que pode ser diferente do regulamento dos outros entes federados.

No Comprasnet, o envio da proposta e seus eventuais anexos e também dos documentos de habilitação, ocorre em campos distintos do sistema, na etapa anterior à abertura da sessão pública.

Ainda lucubrando nessa esteira de pensamento, oportuno trazer à baila, em complemento, o quanto contido nas sábias explicações do assessor da CGU, Ronaldo Correa, que brilhantemente arremata:

No momento do cadastramento de propostas pelas empresas licitantes, além dos anexos exigidos no edital, relacionados à proposta e à habilitação, deverão ser inseridas no sistema informações relacionadas ao valor unitário, valor total, marca, fabricante, modelo, descrição detalhada do objeto ofertado etc.

No entanto, quando da abertura da sessão pública o pregoeiro somente terá acesso aos dados de valor e descrição detalhada do objeto ofertado, não sendo possível identificar a empresa licitante ou informações como marca, fabricante e modelo do objeto. O mesmo ocorre quando da consulta aos dados da licitação, feita por qualquer cidadão. Grifamos.

A restrição de acesso às informações de marca, fabricante, modelo e licitante antes do término da etapa de lances ocorre tanto para o pregoeiro e público em geral, quanto para as empresas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

licitantes concorrentes, conforme imagem abaixo, que mostra a nova sala de disputa do Comprasnet, adequada ao novo decreto do pregão eletrônico.

Tal restrição de acesso a estas informações visa garantir que não haja quebra de sigilo das propostas, atendendo à vedação legal da Lei 8.666/1993 no art.94 que assim diz:

Devassar o sigilo de proposta apresentada em procedimento licitatório, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo: Pena- detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa.

Em segundo lugar, observe-se ainda que, similarmente ao que fixa o supracitado 3º do Art. 3º da Lei 8.666/1993, quanto ao momento do afastamento do sigilo das propostas, o Decreto 10.024/2019 fixou que tais informações seriam disponibilizadas após o encerramento da etapa de lances. Grifos nossos.

Decreto 10.024/2019 -Art. 26, § 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

E, por fim, observe-se que o novo regulamento do pregão eletrônico fixou que o envio de documentos complementares, após a etapa de lances, deve ser feito somente para a confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados como anexos antes da abertura da sessão pública.

Decreto 10.024/2019 -Art. 26, § 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

Em que pese a vedação legal se referir somente a documento ou informação que deveria constar da proposta, penso ser prudente que se preveja de forma clara no edital qual será a consequência do não envio dos documentos de habilitação, anexados no sistema de forma concomitante com o cadastramento da proposta.

Lei 8.666/1993 -Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Assim, em Conclusão, finaliza o douto doutrinista administrativista pátrio:

O novo procedimento previsto no Decreto 10.024/2019 exige o envio prévio de todos os documentos de proposta e de habilitação previstos no edital, em momento anterior à abertura da sessão pública. Tais documentos gozam de sigilo temporário, nos termos do Art. 26, §8º do citado regulamento. Assim, as informações de identificação do licitante, marca, modelo e fabricante do objeto ofertado não são disponibilizadas pelo sistema Comprasnet antes da etapa de lances, não podendo ser utilizadas como parâmetros para a desclassificação das propostas pelo pregoeiro ou mesmo para a formulação de lances pelas empresas licitantes. Grifamos

Assim sendo, para fazer delir de vez qualquer possibilidade de ocorrência de quebra de sigilo das propostas, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 41/2020, consoante infundadamente alegado pela recorrente, vejamos o que diz o autor em comento:

“ Com isso, pode-se concluir que o fato de a empresa se identificar ao elaborar e anexar a sua proposta no sistema não caracteriza quebra de sigilo, não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

interferindo em nenhum procedimento da etapa de classificação e lances do pregão eletrônico. Tais anexos somente ficarão acessíveis após a etapa de lances”. Grifamos

Ora, dar provimento a este tipo de recurso, com alegações tao descabidas e absurdas, seria malferir o Decreto nº 10.024/2019, com todas as suas festejadas inovações, e condenar à anulação todas as sessões de pregão eletrônico já realizadas e as a realizar sob à égide desse novo regramento.

VI - DA CONCLUSÃO

Posto isso, diante de tudo o quanto fora exposto e quanto inculpido no bojo das contrarrazões apresentadas pela empresa recorrida, e, com espeque nos princípios basilares da licitação pública, decido por admitir o presente recurso, para no mérito julgá-lo IMPROCEDENTE, mantendo a decisão de habilitação da empresa **BSB LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA**, vencedora para o Grupo1, do referido certame e, conforme previsão inculpada na condição nº 12.8 do Edital, faço subir o presente processo à Administração Superior para sua apreciação.

Salvador (BA), 06 de agosto de 2020.

Lúcio Roberto de Oliveira

PREGOEIRO